

RESENHA

Lourival José de Oliveira*

*Doutor em Direito do Trabalho pela PUC-SP, professor do Programa de Mestrado e de Graduação em Direito da UNIMAR – Marília-SP.

A obra:

GOMES, Dinaura Godinho Pimentel. **Direito do trabalho e dignidade da pessoa humana, no contexto da globalização econômica**. São Paulo: LTr, 2005.

A autora:

Dinaura Godinho Pimentel Gomes é Juíza do Trabalho, doutora em Direito pela Universidade de Roma La Sapienza, pós-doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora Universitária.

A presente obra em análise trata-se do resultado dos seus estudos de pós-doutorado junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sendo que na sua vida acadêmica já foi autora de outras obras e artigos voltados ao Direito do Trabalho.

Apresentação da obra e do seu conteúdo

O livro traz como centro das atenções o princípio da dignidade da pessoa humana, sob o enfoque do Direito do Trabalho, com um cuidadoso estudo constitucional e filosófico. Permeia do início ao fim da sua obra o estudo acurado dos direitos fundamentais, fazendo-se um apanhado da evolução do seu conceito e do seu âmbito de abrangência, tomando grande realce o papel do Estado, no sentido de agente imprescindível para garantia da efetivação desses direitos, privilegiando a necessidade de atender a dinâmica por que passa o mundo do trabalho, onde os ideários desenvolvimentistas podem levar “à deterioração da qualidade de vida humana”.

Para tanto, a autora lança algumas afirmativas bem construídas. Dentre elas, vale ser citadas: a necessidade da implementação dos direitos humanos como uma unidade indivisível, o que requer a sua realização de uma forma universalizada e integrativa entre o ordenamento jurídico internacional e interno de cada Estado; a preocupação com o processo de globalização, que por diversas vezes situa o conceito de democracia como fundamento para a economia de mercado,

esquecendo-se dos direitos sociais, sendo que na verdade, a internacionalização do sistema produtivo deveria gerar uma preocupação maior com a garantia das condições mínimas de vida; a afirmação de que o Estado Democrático de Direito repousa na atualidade sobre o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo seu valor supremo a ser perseguido e não a pura eficiência produtiva; a construção de uma autêntica atuação sindical, em sintonia com políticas públicas de combate ao desemprego, à violência e à pobreza principalmente, e, que sem a prevalência dos valores sociais do trabalho não é possível construir uma sociedade com padrões mínimos de dignidade.

A obra em análise ganha distinção pela forma como a autora permeia o estudo constitucional com fundamentos e ou citações bíblicas, como acontece, por exemplo, na página 74, onde se refere ao livro Deuteronômio, 24,14, quando analisa os processos de conquistas sociais, seguindo-se um estudo evolutivo, com crítica ao Estado Liberal, fazendo citações de Karl Marx e Friedrich Engels, no tocante ao crescimento e concentração do mercado, o que em princípio pareceria algo em contradição, mas que se assenta como uma luva no decorrer do seu texto.

Da metade em diante de sua obra, a autora, no Capítulo 4, enfrenta o mais duro tema, que se trata de compatibilizar o desenvolvimento social e a preservação da empresa diante de um mundo globalizado. A introdução das novas tecnologias, a necessidade de redução de custos, a construção do novo formato de empregado, tudo isso sob a necessidade de ter que fazer prevalecer a dignidade no trabalho, sabendo-se que desses processos da nova rotina empresarial mundial, a tendência é produzir um trabalho fragmentado e muitas vezes desvalorizado. Destaca-se aqui o novo papel que a empresa deve assumir, na condição de instituição, assumindo espaços que antes não lhe pertencia, levando-se em conta a redução havida por parte do Estado.

Lembra a autora, que diante deste contexto, é importante impor e garantir o chamado critério de “subordinação jurídica”, por conta que se assim não for, grande parte da sociedade estará alijada dos direitos sociais, realçando por fim a grande importância que tem o Direito do Trabalho, sem o qual a produção estaria voltada apenas e tão somente para a construção e aumento dos lucros. Também, a necessidade de abranger juridicamente outras formas de prestação de serviço, que acabam surgindo por conta desse novo processo de gestão empresarial.

A autora não deixa de alinhar questões como a participação dos trabalhadores na gestão empresarial enquanto uma das formas de se tentar efetivar a democratização nas relações de trabalho e com isso trazer para o conceito de empresa a versão institucional, que segundo ela, deve ser apreendida em todas as suas formas, criando-se fins comuns para todos os que participam do núcleo empresarial. Também, a importância da negociação coletiva de trabalho neste

processo de democratização empresarial, o que exige uma maior maturidade por parte dos participantes deste processo.

A obra da Doutora Dinaura Godinho Pimentel Gomes é recomendável principalmente para os que estão se pós-graduando, não importando que se trate de alunos que estejam desenvolvendo suas pesquisas em outras áreas do direito, mesmo porque, trata-se de uma valiosa análise dos direitos fundamentais, trazendo de forma translúcida o seu delineamento, o que significa uma maior facilidade em sua compreensão e aplicação, sem contar a riqueza da bibliografia citada.

Para os que labutam no Direito do Trabalho, a obra servirá como marco inicial para o desenvolvimento de outras pesquisas que devem se seguir, como por exemplo, o aprimoramento dos processos de negociação coletiva do trabalho em um meio globalizado, o aperfeiçoamento das formas de solução de conflitos do trabalho, o estudo crítico do Estado e o seu papel no mercado de trabalho, as variadas formas de internalizar os preceitos internacionais sobre a proteção ao trabalho humano, e, a própria postura do Estado Brasileiro diante da fúria neoliberal, muito embora a crise econômica mundial iniciada em 2008 tenha demonstrado a necessidade do aprimoramento da função reguladora do Estado sob o mercado econômico.

Neste último caso, a obra analisada, no seu conjunto, aponta para a necessidade de um estudo crítico da postura atual do Estado Brasileiro para a construção de um novo pensamento sobre as políticas públicas que se encontram em aplicação neste momento, e, considerando o aspecto indivisível dos direitos sociais, pode-se caminhar para a construção de uma proposta de integração das várias ações do Estado na proteção do meio ambiente, da adoção de incentivos fiscais e econômicos, no atendimento à seguridade social e aperfeiçoamento das proteções voltadas ao trabalhador, como requisito básico para a efetivação da dignidade da pessoa humana.

(Agosto de 2009)